

edp

Renewables

Centra

Eólica Boqueirão II S.A.

CNPJ/ME nº 31.232.196/0001-73

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Balancos patrimoniais

- Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

Nota

31/12/2022

31/12/2021

ATIVO

Circulante

Caixa e equivalente de caixa

Concessionárias

Impostos a compensar

Cauções e depósitos vinculados

Adiantamentos a fornecedores

Outros créditos

Não circulante

Imobilizado

7

8

9

11

12

12

13

3.914

1.827

1.040

2

815

645

8.245

183.699

84.374

294

-

-

-

-

205

498

-

-

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Passivo

Circulante

Fornecedores

Impostos a pagar

Empréstimos e financiamentos

Não circulante

Partes relacionadas

Empréstimos e financiamentos

Total do passivo

Patrimônio Líquido

Capital social

Prejuízos acumulados

Total do patrimônio líquido

Total do passivo e patrimônio líquido

14

9

15

10

15

16

16

16

13.202

947

2.385

16.534

67.200

40.275

107.474

124.008

70.246

(2.309)

67.936

191.944

8.849

59

-

8.908

5.800

5.800

5.800

70.246

(80)

70.166

84.873

Nota

31/12/2022

31/12/2021

Capital circulante líquido negativo:

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo, devido ao fato de o parque eólico estar em fase de construção. O equacionamento do capital de giro no exercício de 2023 será alcançado da seguinte forma (i) liberação do financiamento junto ao Banco do Brasil (SUDENE) firmado em 2020 (ii) aporte de capital da sua controladora (iii) entrada em operação do Parque Eólico.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade:

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Boards (IASB). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 28 de abril de 2023. 2.2 Base de mensuração:

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentaram maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentaram um risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais, estão contempladas nas seguintes notas explicativas: Imobilizado; determinação do valor recuperável do imobilizado, com base nos estudos de viabilidade do projeto. (nota explicativa nº 12).

5. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia para os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo amortizado que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço. b) Imobilizado: Terrenos, edificações e materiais e equipamentos compreendem, principalmente, o parque eólico. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também poderá incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do parque, são identificadas como custos das atividades operacionais e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques, limitados ao prazo de autorizações e registros. Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos pelo valor líquido, em outras receitas/despesas operacionais. c) Redução ao valor recuperável - Ativos financeiros: São avaliados ao final de cada exercício quanto à sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Ativo não financeiro: A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do ativo financeiro para identificar se há evidências de perdas não reconhecidas ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos UGCs. No caso da Companhia, existe uma única UGC. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. d) Demais ativos circulantes e não circulantes: São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. e) Fornecedores: Inclui, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, encargos de uso da rede elétrica, encargos regulatórios e rendimentos de terceiros. Os valores são avaliados com base no valor de mercado. f) Provisões: Num base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultados. g) Demais passivos circulantes e não circulantes: São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. h) Operações de arrendamento: No começo de um contrato deve-se determinar se ele é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato dependa do uso daquele ativo. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato seja executado pelo arrendatário e o uso do ativo subjacente. Os arrendamentos, nos quais os riscos e benefícios permanecem substancialmente com o arrendador, são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos e/ou recebimentos relacionados aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesas e/ou receitas na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos, nos quais se contemplem não só o direito de uso de ativos, mas também a transferência substancial dos riscos e benefícios para o arrendatário, são classificados como arrendamentos financeiros. Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia atua como arrendatária, os bens são capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento, em contrapartida a um passivo mensurado pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O imobilizado é depreciado de acordo com a política aplicável para o ativo. Em ambos os casos, as receitas/despesas financeiras são reconhecidas no resultado do exercício durante o período do arrendamento, de modo que seja obtida uma taxa constante sobre o saldo do investimento e/ou passivo existente. i) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social correntes registradas no resultado são calculadas conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas as alíquotas de 15% sobre o que exceder R\$600 trimestral e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. As despesas com imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionadas a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes. Os juros e multas relacionados aos impostos de renda e a contribuição social, incluindo tratamento fiscal incorreto, são contabilizados de acordo com o CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro e o ICPSC 22 / IFRIC 23. j) Capital social: Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidas como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários. As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma de lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95 e regulamentação posterior. Adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC"): Adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC") representam adiantamentos de recursos recebidos da controladora e destinados a aporte de capital que são concedidos em caráter irrevogável. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como patrimônio líquido na controladora, e no investimento da controladora. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando a quantidade de ações a serem emitidas, em contrapartida, não é suficiente para o aumento de capital futuro. São reconhecidos pelo valor justo na controladora, classificados como ativo não circulante. k) Apuração do resultado: O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. l) Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e atualização de tributos a compensar. As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos e ajuste a valor presente. m) Ativos e passivos financeiros - Classificação, reconhecimento e mensuração: A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As concessões e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas pelo valor justo, calculado com base no método da taxa de juros efetiva. Uma tabela dos ativos e passivos financeiros pode ser encontrada na nota explicativa nº 18. Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

6. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes - Alterações à IAS 1: As alterações de escopo restrito à IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras esclarecem que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período de relatório. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade quanto a eventos após a data de relatório. As alterações também esclarecem o que a IAS 1 significa quando se refere à "liquidação" de um passivo. As alterações podem afetar a classificação de passivos, particularmente para entidades que anteriormente consideravam as intenções da administração para determinar a classificação e para alguns passivos que podem ser convertidos em patrimônio. Devem ser aplicados retrospectivamente de acordo com os requisitos normais da IAS 8 Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros. As alterações do IAS 1 têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informa-

ção de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. A Administração da Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção desses novos pronunciamentos.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Bancos conta movimento

Aplicações financeiras - renda fixa

Total

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificado de Depósito Bancário - CDB, remunerados à taxa de 102,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (em 2021 não havia saldo de aplicações financeiras). Os ganhos ou perdas decorrentes de variações desses ativos são apresentados na demonstração do resultado em Resultado financeiro no exercício em que ocorrem.

8. CONCESSIONÁRIAS

Mercado livre

Total

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo era composto por R\$ 1.827 (100%) para o mercado livre, que se refere à venda de energia no ambiente da CCEE - Câmara de Comercialização de Energia, através dos contratos bilaterais de suprimento de energia feitos para grandes players do mercado. A administração da Companhia considerou não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, por não haver perdas históricas, no exercício corrente e em exercícios anteriores, bem como por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis em 31 de dezembro de 2022. Composição por vencimento do contas a receber em 31 de dezembro:

A vencer

Até 60 dias

Total

1.827

-

1.827

9. IMPOSTOS A COMPENSAR E A PAGAR

Impostos a compensar

ICMS (*)

IRRF sobre aplicações financeiras

PIS e COFINS

Total

Impostos a pagar

ICMS (*)

IRRF sobre aplicações financeiras

ISS

PIS, COFINS e CSLL retidos na fonte

PIS e COFINS

Outros

Total

(*) O ICMS a compensar e a pagar é gerado através da aquisição de imobilizado de outro estado diferente do RN (DIFAL), a Companhia paga antecipadamente o DIFAL quando da entrada do equipamento no Estado do RN e o mesmo é classificado no ativo, quando da entrada da nota fiscal no Companhia é registrado o DIFAL no passivo, a Companhia avalia se a operação está correta e faz a compensação entre o DIFAL ativo contra o DIFAL passivo, a Companhia espera realizar todas as compensações em 2023.

10. TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício e estão apresentadas de acordo com os valores de mercado, como segue:

Objeto do contrato

Contraparte

31/12/2022

31/12/2021

Passivo

Fornecedores

Compartilhamento de atividades e alocação de gastos - Pessoal e Infraestrutura

Compra de energia

Compra de energia

Adiantamento para futuro aumento de capital

Total

Resultado

Compra de energia

Compra de energia

Compartilhamento de atividades e alocação de gastos: A EDP Renováveis Brasil, controladora da Companhia, é responsável pelos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas, descritas no contrato de gestão de serviço, operação e manutenção, sobre esse saldo não incide juros remuneratórios. 10.1 Relacionamento da Companhia com cada contraparte: A controladora indireta é a EDP Renováveis Brasil S.A. e a controladora final é a EDP - Energias de Portugal S.A. Remuneração dos administradores: A Companhia optou por não realizar pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração através da Central Eólica Boqueirão II S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A remuneração da Administração da Companhia é paga integralmente pela Controladora EDP Renováveis Brasil S.A. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferecem outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

11. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Cauções e depósitos vinculados de empréstimos

Ativo circulante

Ativo não circulante

Total

31/12/2022

31/12/2021

3

-

3

-

3

12. ADIANTAMENTOS E OUTROS CRÉDITOS

Adiantamentos

Fornecedores ativo fixo

Fornecedores material e serviços

Outros créditos

Outros créditos

Total

Outro créditos, refere ao custo de manutenção de aerogeradores que serão levados ao resultado no momento da autorização comercial do parque pela Aneel.

31/12/2022

31/12/2021

780

36

815

645

205

13. IMOBILIZADO

Custo histórico

Depreciação acumulada

Valor líquido

Imobilizado em curso

Imobilizado em curso

Total

Imobilizado em curso

Imobilizado em curso

Total

O saldo do imobilizado em curso refere-se, principalmente, a adiantamentos ao fornecedor para aquisição dos aerogeradores e estudos de engenharia civil para a construção do Parque eólico. A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

31/12/2021

31/12/2022

Valor

Ingressos

Líquido

84.374

84.374

84.374

14. FORNECEDORES

Partes relacionadas

Terceiros

Total

O saldo dos fornecedores corresponde à aquisição de materiais, máquinas e equipamentos para construção do parque eólico.

31/12/2022

31/12/2021

11.817

1.385

13.202

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Circulante

Não Circulante

Principal

Encargos de dívida

Custo de transação

Total

Os contratos vigentes, prazos, modalidades, custos e garantias da Companhia está apresentado a seguir:

Contrato

Instituição financeira

Valor contratado

Data da contratação

Data da primeira liberação

Valor liberado

Vigência do contrato

Custo da dívida

Forma de pagamento

Custo de transação

31/12/2022

31/12/2021

31/12/2022

31/12/2021

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

40.887

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

2.385

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

40.275

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1 Capital social: O Capital social, em 31 de dezembro de 2022, totalmente integralizado é de R\$70.245 (2021 R\$70.245). O capital social é composto de 70.245.500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

31/12/2022

31/12/2021

Nº de títulos

%

Nº de títulos

%

70.245.500

100%

70.245.500

100%

Acionistas

EDP Renováveis Brasil S.A.

70.245.500

100%

70.245.500

100%

16.2 Destinação do lucro: Conforme definido no artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito de receber dividendos obrigatório de 25% do lucro líquido, depois de deduzida a parcela de constituição da reserva legal, na forma da Lei nº 6.404/76, artigo 202. Entretanto, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou prejuízo acumulado de R\$ 2.230.

17. RECEITAS OPERACIONAIS

Receita operacional bruta

Energia comercializada no mercado de curto prazo

Total de receita bruta

Deduções à receita operacional

PIS/COFINS

Total de deduções

Total

MWh comercializado (não auditado)

31/12/2022

31/12/2021

21.956

21.956

(2.031)

(2.031)

19.925

4

18. DESPESAS OPERACIONAIS

Custo do serviço

Gerenciáveis

Energia elétrica para revenda

Não gerenciáveis

Encargos de uso da rede elétrica

Despesas gerais e administrativas

De operação

Materiais e serviços

Outras despesas

Gerais

Materiais e serviços

Outras despesas

Total

31/12/2022

31/12/2021

(19.920)

(2.029)

(21.949)

(27)

(150)

(17)

(6)

(200)

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerações gerais: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que as atualizações das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções. Classificação dos instrumentos financeiros: As classificações dos ativos e passivos financeiros utilizadas pela Companhia para classificação, reconhecimento e mensuração estão divulgadas na nota explicativa nº 5.

Ativos financeiros

Circulante

Caixa e equivalentes de caixa

Concessionárias

Adiantamento a fornecedores

Cauções e depósitos vinculados

Outros créditos

Total

Passivos financeiros

Circulante

Fornecedores

Empréstimos e financiamentos

Não circulante

Partes relacionadas

Empréstimos e financiamentos

31/12/2022

31/12/2021

3.914

1.827

815

2

645

7.205

13.202

2.385

67.200

40.275

19.1 Mensuração a valor justo: A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo da Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros (i) Nível 1 - Preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; (ii) Nível 2 - Diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direto ou indiretamente, na seguinte nota explicativa; 19.2 Risco de juros: O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamento todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. A análise de sensibilidade a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos afetados a esses investimentos. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados. Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros: A Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade à mudança em variáveis de mercado, supondo: Cenário I: estabilidade das taxas de juros e os respectivos indexadores anuais apurados na data base 31 de dezembro de 2022 (CDI 13,65% a.a., IPCA 5,79% a.a.); Cenário II: redução / elevação do índice em 25% e; Cenário III: redução / elevação do índice em 50%. A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro da Companhia para os próximos 12 meses seria a seguinte:

Instrumentos

Indexador

Exposição

Cenário I

Cenário II

Cenário III

Caixa e equivalentes de caixa

CDI

3.199

450

562

675

Cauções e depósitos vinculados

CDI

2

1

1

1

Total

3.201

451

563

676

Passivo financeiro

Empréstimos e financiamentos

IPCA+0,96%

(43.272)

(2.921)

(3.651)

(4.381)

Total

(43.272)

(2.921)

(3.651)

(4.381)

19.3 Risco de liquidez: O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas. Os ativos financeiros mais expressivos são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 7). A Companhia, em 31 de dezembro de 2022, tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata. A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. As informações na tabela abaixo

